

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



Calamidade financeira é prorrogada

O governador Ronaldo Caiado (DEM) decidiu prorrogar o prazo que venceu em julho

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

A situação de calamidade financeira do Estado de Goiás segue até janeiro de 2020. O governador Ronaldo Caiado (Democratas) decidiu prorrogar o prazo, que venceu em julho, por mais 180 dias, em virtude da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho, autorizando o Estado de Goiás a ter benefícios do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), somada à lei estadual 20.511, editada em julho. O novo prazo vai agora até janeiro de 2020.

A medida foi necessária, pois, segundo o governador, apesar de já perceptível melhora da situação fiscal em vir-

tude das medidas adotadas pelo atual governo, ainda “subsiste, até o presente momento, o quadro fático delineado à época da edição do decreto, de 21 de janeiro de 2019”.

Considera ainda que, em decorrência da amplitude da crise fiscal pela qual passa o Estado, as medidas adotadas desde o início do ano devem surtir efeitos futuramente, não havendo solução simples para o grave problema fiscal enfrentado pelo Estado de Goiás.

Caiado disse ter também levado em consideração, ao prorrogar os efeitos do decreto, as perspectivas de crescimento da economia brasileira, cujas projeções estão apontando para um declínio do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Quando baixou o decreto, que passou pelo crivo da Assembleia Legislativa, em janeiro, o governador disse ter considerado várias variáveis para tomar a medida. Citou o elevado e crescente déficit fiscal constatado nas contas do Estado, do qual resultava na indisponibilidade de recursos financeiros para o ple-



De acordo com o governador, a medida foi necessária porque ainda há um quadro fático no Estado

no funcionamento Administração Pública.

Entre as causas desse cenário de dificuldade financeira, com a elevação de despesas públicas de caráter permanente, destacou as relativas a pessoal, observada ao longo dos últimos exercícios. Levou em

consideração, ainda, o fato de as receitas auferidas pelo Estado não terem aumentado na medida suficiente para suportar o aumento das despesas.

A medida foi necessária apesar da melhora da situação fiscal no governo estadual

O chefe do executivo alegou que as medidas administrativas de racionalização e contenção de despesas, possíveis de serem adotadas desde o iní-

cio do exercício em curso, não tinham sido suficientes para reverter o quadro. Por fim, sustentou que o déficit fiscal acumulado previsto para este ano seria de mais de R\$ 6 bilhões, sendo quase R\$ 2 bilhões de despesas inscritos em restos a pagar, mais R\$ 1 bilhão referentes à parte da folha dos servidores não empenhada em dezembro de 2018.

Sobre a concessão da medida cautelar pelo STF, o governador se referia à liminar do ministro Gilmar Mendes, na Ação Cível Originária, para determinar que a União permitisse o ingresso do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal previsto na Lei Complementar 159/2017.

A decisão, ainda em vigor, prevê a suspensão da execução de contragarantias de seis contratos do Estado com bancos públicos federais, pelo prazo inicial de seis meses, sem prejuízo de posterior reavaliação.

Mendes também determinou que a União se abstenha de inscrever o estado nos cadastros de inadimplência por conta da ação, e que restitua valores

eventualmente bloqueados ou descontados para a execução das contragarantias.

A Ação Civil cita que Goiás, nos últimos anos, firmou vários contratos de financiamento com a Caixa Econômica, Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Social (BNDES), como forma de captar recursos para investimentos em obras de infraestrutura e para o saneamento financeiro de empresas estatais.

Destaca o Estado que, mesmo com a grave crise fiscal, vinha pagando as parcelas, “embora em prejuízo da ade-

quada manutenção dos serviços públicos estaduais e até do pagamento dos vencimentos e proventos dos servidores estaduais”.

Como forma de justificar a inadimplência, ainda de acordo com o parecer de Gilmar Mendes, o Estado esclareceu que, em maio, a asfixia financeira teria atingido níveis insustentáveis. Por isso, não poderia mais honrar com esse compromisso. Tanto que cita que teve que decretar estado de calamidade financeira.

Na liminar, Mendes disse considerar razoável e juridicamente possível a declaração de viabilidade do Estado de Goiás em aderir Regime de Recuperação Fiscal, que prevê a suspensão da execução das contragarantias ofertadas à União desde a fase pré-contratual – período compreendido entre o pedido de adesão por meio da apresentação do plano de recuperação ou da assinatura do pré-acordo e a homologação pelo presidente da República – com base no federalismo cooperativo.

Plano do RRF ainda não tem data de conclusão

O segundo componente citado por Ronaldo Caiado para justificar a prorrogação do decreto de calamidade financeira se refere ao Plano de Recuperação Fiscal do estado, que ele enviou à Assembleia Legislativa, e que foi aprovado no início de julho, após forte embate entre a base aliada e a oposição.

Pela lei, datada de 11 de julho, o Estado está autorizado a aderir ao RRF. O plano terá vigência de 36 meses, admitida uma prorrogação, por período não superior ao previsto originalmente.

Na justificativa do projeto que tramitou na Assembleia, o governador cita a exposição de motivos, subscrita pela Secretária de Economia, para quem os efeitos da crise fiscal sem precedentes pela qual passa o Estado de Goiás “são de tal gravidade que estão presentes todas as condições



Marcos Kennedy

Aval para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal foi aprovado em julho na Assembleia

cujo preenchimento autoriza a adesão, pelo Estado de Goiás, ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF)”.

“Não é desnecessário reiterar que o RRF é a via que permitirá ao Estado não ape-

nas reequilibrar as suas contas, como também voltar a ostentar capacidade de investimento, em ordem a permitir a formulação e execução de políticas voltadas para a realização dos interesses mais eleva-

dos do povo goiano”, justifica.

O Plano de Recuperação, como consta da justificativa da propositura, envolve ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, suas administrações

direta e indireta, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios. A ação é necessária “para corrigir os desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas”, por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano.

A elaboração do documento está a cargo do Poder Executivo, mas ainda sem data de sua conclusão. De acordo com o governo, o estudo observará os princípios da sustentabilidade econômico-financeira, da equidade intergeracional, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública.



Goiás gasta muito com funcionalismo

Gastos ultrapassam 65% da arrecadação mensal do Governo. Contratação de pessoas pode ser uma das causas do aumento

Higor Santana

De acordo com Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, Goiás ocupa a sétima posição entre os Estados que ultrapassaram o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com despesas de pessoas. Segundo o documento, houve um aumento na quantidade de entes que se encontram nessa situação. Os gastos de Goiás com pessoal ultrapassaram o limite em 65,52%.

Segundo a organização, esse dado desconsidera que no Estado a conta de despesa com pessoas não contempla gastos com pensionistas e impostos de renda retidos na fonte. Por esse motivo, o Tesouro ressalta que, assim como outras categorias que estão na lista, em Goiás o gasto acima do limite prudencial não é reconhecido oficialmente nas contas.

De acordo com o governador de Ronaldo Caiado (DEM), o governo busca aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para acabar com essa questão. No entanto, o Tesouro afirmou que o estado ainda



Goiás é o sétimo Estado que mais ultrapassou limite com despesas na folha de pagamento

não possui os requisitos suficientes para ser contemplado. A nota de Goiás é a C, e precisaria ser D para tanto.

Entretanto, o boletim indicou que, considerando o agregado dos estados, em cenário nacional houve melhora do resultado orçamentário e do resultado primário (receitas menos despesas, sem considerar gastos com juros), tanto no conceito de despesa paga quanto no de despesa empenhada, em 2018, na comparação com 2017. O desempenho pode ser explicado pelo aumento da re-

ceita, ajudada pelo crescimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de transferências correntes.

Aval da União

Ainda segundo a secretaria do Tesouro Nacional, apenas 10 estados da federação podem contrair empréstimos com a garantia da União. O número caiu em relação a relatório de 2018, quando eram 11. Para ter acesso ao empréstimo, os estados precisam ter nota A ou B na capacidade de pagamento.

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos estados, com base na relação entre receitas e despesas e a situação de caixa. O objetivo é apurar se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.

Em todo o país, apenas o Espírito Santo tem nota A. Rondônia e Amapá, assim como Goiás tiveram piora na nota, passando de B para C, entre 2018 e 2019. O Piauí obteve melhora de C para B na nota de capacidade de pagamento. Os estados com nota B, atualmente,

são Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Piauí.

O relatório do Tesouro alerta ainda que Acre, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo estão próximos de perder a nota B, pois a relação entre despesas e receitas correntes está bem próxima da margem de 95%. Para esses estados, faz-se necessário esforço maior em aumentar a receita e cortar gastos, pois a nota poderá ser rebaixada para C, como aconteceu em Goiás, já no próximo ano.

Governo cobra definição sobre Lei de Responsabilidade

Em janeiro, o governador Ronaldo Caiado reafirmou que os goianos estão pagando pelos crimes cometidos pelos ex-governadores Marconi Perillo e José Eliton, responsáveis pelo déficit de cerca de R\$ 6 bilhões nas contas públicas.

Um dia após decretar estado de calamidade financeira no Estado, Caiado revelou que a arrecadação prevista na época, não era suficiente para pagar o salário dos servidores públicos e as dívidas com fornecedores e prestadores de serviço. "Estamos

apresentando um retrato fiel do que está acontecendo em Goiás. No ano anterior, aprovaram um orçamento que previa resultado positivo de R\$ 900 milhões, acabamos com R\$ 3,4 bilhões negativos. Vamos atingir 82,99% com folha de pagamento do funcio-

nalismo e mais de 30% da receita corrente em pagamento de dívidas. A conta não fecha", disse o governador na época.

O governador destacou ainda as medidas que tem tomado desde que assumiu o governo, como o corte de 20% em todas as secretarias e au-

tarquias do governo, a implantação do compliance público, a revisão de todos os contratos firmados pela gestão passada e auditoria na folha de pagamento. **(Higor Santana é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de cidades Rhudy Crysthian)**



Medida afeta cerca de 5 mil produtores

MEIA PONTE Com a queda da vazão do rio, que ficou abaixo de 3.300 l/s, Semad reduz em 50% outorgas de usuários acima da captação da Saneago para poupar, aproximadamente, 500 l/s

Catherine Moraes
catherine.moraes@opopular.com.br

Cerca de 5 mil agricultores, distribuídos em mil empreendimentos usuários do Rio Mela Ponte, e 9 indústrias, serão afetados pela deliberação que determina a redução pela metade do volume diário outorgado para captação de água da bacia. A medida, que passou a valer nesta semana, quando a vazão do rio entrou oficialmente no nível crítico 2, pretende economizar uma média de 500 litros por segundo (l/s).

O nível crítico 2 foi declarado no último domingo, quando a média de sete dias da vazão do rio ficou abaixo de 3.300 li-

tros/segundo (l/s). Pela determinação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), só não serão afetados os volumes autorizados para serem usados no abastecimento público e na dessedentação animal.

O Mela Ponte possui cerca de 3.500 l/s outorgados entre Itauçu, onde nasce, o Início de Golândia, onde está situada a captação da Saneago. Desse total, a maior parte é destinada à companhia de abastecimento. Cerca de 1 mil l/s são outorgados acima estação de captação de água. A redução das outorgas é prevista em deliberação do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Mela Ponte.

"Não vai solucionar o problema, mas é uma contribuição que o setor produtivo está dando para tentar manter a vazão do rio. Mesmo sem ter um grande reflexo no volume, para eles é baque considerável. O ideal é que as pessoas também façam o uso racional", diz o presidente do comitê, Fábio Camargo.

FISCALIZAÇÃO

Além da declaração do novo nível crítico, tanto a Semad quanto a Saneago adotaram medidas para garantir o abastecimento da região metropolitana de Goiânia. A companhia de abastecimento está fazendo manutenção no leito do manancial para a retirada de sedimentos.

A secretaria, por sua vez, condicionou, desde o dia 15, a retirar o recurso para irrigação apenas no período noturno. Também informou ontem ter ampliado as equipes de fiscalização para produtores rurais que possuem outorgas acima do ponto de captação.

De acordo com a titular da pasta, Andréa Vulcanis, no domingo 12 propriedades rurais passaram por fiscalização. Do total, três ainda estavam captando água durante o dia. Apesar disso, até o momento não houve nenhuma punição aos produtores e indústrias. "A fiscalização está em campo desde o dia que a irrigação noturna começou a valer. A partir de hoje (ontem), as equi-

pes foram reforçadas para entrar em campo e ampliar essa fiscalização, seja dos 50%, seja da irrigação noturna", disse.

RACIONAMENTO

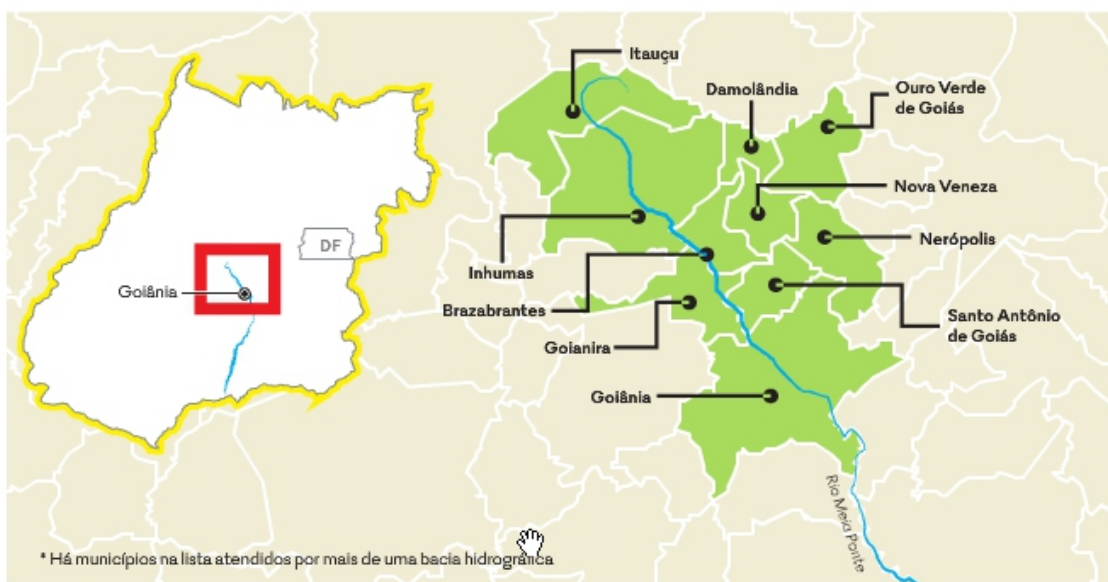
Vulcanis é mais enfática quando fala do consumo urbano e afirma que o racionamento, previsto caso o rio atinja nível crítico 4, com vazão inferior ou igual a 1.500 l/s, não está descartado. "É muito importante que a cidade reduza o consumo. O racionamento inicia no nível crítico 4 e não está descartada esta possibilidade. Vai depender de quando o período de chuva vai retornar. Isso depende essencialmente do usuário urbano que precisa reduzir o consumo."

Possibilidade de autuação

Comandante do Policiamento ambiental da Polícia Militar de Goiás, tenente coronel Edson Ribeiro, diz que visitas para orientar os usuários de água do Mela Ponte sobre as novas regras em vigor para captação do rio já foram realizadas e que, a partir de agora, quem descumpri-las pode ser multado. Já o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) solicitou ontem à Saneago informações detalhadas sobre a vazão média do rio desde o ano de 2017 até este ano. Segundo o promotor Delson Leone Júnior, o objetivo é que o órgão possa deliberar, a partir dessas informações, se as medidas adotadas até agora são suficientes ou se será necessária alguma outra, inclusive judicial, se for o caso, para se garantir o abastecimento da região metropolitana, conforme determina a legislação, que, em situação de escassez hídrica, prioriza o abastecimento humano e dessedentação de animais.

Áreas afetadas

Propriedades localizadas em dez municípios atendidos total ou parcialmente pela bacia do Mela Ponte* podem ser afetados pela redução das outorgas pela Semad em 50%. Confira:



* Há municípios na lista atendidos por mais de uma bacia hidrográfica



Produtores tentam se adaptar

A analista técnica do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), Jordana Sara, afirma que diante da redução em 50% do volume outorgado e a autorização para irrigar apenas no período noturno, alguns produtores do Alto Mela Ponte já diminuíram a área de plantio e tentam passar por essa crise hídrica sem muitas perdas. Mas ela diz ser necessária a colaboração da cidade para se manter as hortas. “Se a gente vier a ter perdas na produtividade pode ter aumento no custo para o consumidor, porque (a medida atinge) todo cinturão produtivo de hortaliças da região metropolitana.” Segundo ela, nos dez municípios (vermapa) serão afetados os produtores que fizerem uso de água da bacia Mela Ponte.

A produtora rural Suely Alves Silva Rosário, que mora em Ouro Verde de Goiás, a 60 quilômetros de Goiânia, conta que ela e o marido trabalham em

uma área de meio alqueire e diz que eles já sentiram o impacto da redução de água do rio. “Utilizamos a irrigação para o repolho que plantamos e com a água só diminuindo isso atrapalha nosso serviço.” Eles também plantam mandioca, e a produção é comercializada nas Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa) da capital.

Segundo a produtora rural, chega a faltar água na propriedade para irrigação em período de seca. “Agosto e setembro é a época mais crítica”.

Em relação à permissão de irrigação apenas entre 20h e 6h, Suely diz que torna mais difícil o trabalho. “À noite é bem pior, porque complica irmos para a roça molhar, já que nosso controle da área a ser molhada é feito de forma manual”, explica.

Outro produtor rural em Ouro Verde de Goiás, que não quis se identificar, diz que “trabalhar só à noite como foi colocado é ‘humilhação’”. “Acho que o

“

À noite é bem pior, porque complica irmos para a roça molhar, já que nosso controle da área a ser molhada é feito de forma manual”

Suely Alves Silva Rosário,
produtora rural

governo deveria ajudar o produtor e apoiar mais”, reclama. “Se continuar assim, a gente pode chegar a passar fome.” Ele afirma que planta repolho, mas que pensa em desistir no momento pelo preço e pela situação hídrica da região e voltar a plantar somente em novembro deste ano.

Superintendente de Produ-

ção Rural e Sustentável da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Donalvam Mala diz que os dez municípios que serão afetados total ou parcialmente com a redução das outorgas apresentam terras boas para o plantio de hortaliças. “A condição edafoclimática – clima, solo e água – é propícia”. Além disto diz que também tem a questão mercadológica. “Se plantar longe dos grandes centros fica mais caro o frete”. Mala diz, porém, ser perceptível a necessidade de se ter um melhor manejo de água e solo em todas as regiões. “Temos de ter irrigação mais eficiente. Por exemplo, grande aspersor gasta mais água que gotejamento e microaspersão”. Segundo ele, a secretaria está fazendo estudos e promovendo uma irrigação mais consciente, além de incentivar que a “tecnologia melhore para se produzir o mesmo tanto de alimento usando menos água”. “Sabemos que isto exige

investimento do produtor e que não se resolve em curto prazo”.

INDÚSTRIA

Do lado da indústria, o presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Bruno Beraldi, afirma que o impacto para o setor é a queda de produção. “Vamos ter de adequar os níveis de produção à metade dos recursos hídricos que a gente tinha disponível. O pessoal vai ter de ajustar alguns prazos de entrega, mas já estava todo mundo se preparando para isto ao longo deste mês. O que a gente espera agora é que as demais atividades que são necessárias, as ações que são previstas pelo conselho (de meio ambiente), que elas sejam implementadas por todas as entidades, todos os responsáveis, para que a gente não precise daqui a um tempo tomar atitudes ainda mais drásticas, cortes ainda maiores.” (Carla Guimarães e Jéssica Torres)

“

Pode ter aumento no custo para o consumidor, porque (a medida atinge) todo cinturão produtivo de hortaliças da região metropolitana”

Jordana Sara,
analista técnica do Ifag



SAÚDE

Instituto Gerir é desqualificado como organização social em GO

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

Um decreto do governador Ronaldo Calado (DEM) da última sexta-feira (16) desqualifica como Organização Social (OS), no âmbito de Goiás, o Instituto de Gestão em Saúde, o Gerir. A entidade foi a responsável pela administração do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) e do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin) até novembro do ano passado. Na época, o contrato foi rescindido pelo próprio Gerir, que alegava atraso em repasses financeiros.

A desqualificação como OS acontece após um processo administrativo gerado em reação à recomendação do Ministério Público, que investigava irregu-

laridades no cumprimento dos contratos da entidade. Segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE), entre essas irregularidades estavam “contratações com tercelros em desacordo com o regulamento de compras e aquisições, sobreposição de contratos com o mesmo objeto, malversação de verbas públicas com recursos alheios à finalidade do contrato de gestão.”

Por nota, o Instituto Gerir informou que vai recorrer administrativa à decisão do Estado de desqualificá-lo e, se necessário, vai apelar judicialmente. “Durante os seis anos em que esteve à frente do Hugo, a unidade de saúde saiu das manchetes de jornais por sua precariedade e tornou-se o terceiro melhor hospital público de trauma do

Brasil, com seu número de leitos saltando de 235 para 407. Justamente pelo compromisso com a qualidade do serviço prestado, é que a organização social optou por encerrar o contrato de gestão, pois os constantes atrasos nos repasses inviabilizaram a continuidade do trabalho de excelência que fora desenvolvido”, diz trecho do comunicado da OS.

Ainda segundo o Instituto Gerir, o Estado ainda possui uma dívida com a OS de R\$ 44 milhões, de repasses que não foram pagos. A reportagem entrou em contato com a assessoria da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e questionou sobre a dívida, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



Reestruturação

Governo inaugura nova unidade do Vapt Vupt em Luziânia

19/08/2019 09:45 --- Por Mayara Carvalho ---

Novo posto de atendimento terá capacidade para realizar 20 mil atendimentos mensais

O município de Luziânia recebe, na próxima quinta-feira, 22, mais uma agência do Vapt Vupt, no entorno do Distrito Federal. A unidade atende uma reivindicação antiga dos moradores do Jardim Ingá, região do município composta por 24 bairros e aproximadamente 100 mil habitantes.

O novo posto de atendimento terá capacidade para realizar 20 mil atendimentos mensais. A solenidade ocorre às 10h, na Avenida Lucena Roris, Qd. 129, Lt. 19, Parque Estrela D'Alva IX, Jardim Ingá.

O Secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classifica a inauguração da nova unidade como mais uma demonstração do governador Caiado de priorizar o cidadão e a excelência na prestação dos serviços. "Além de ampliar o número de postos à disposição, está empenhado na reestruturação do programa Vapt Vupt, por meio da implantação de ferramentas tecnológicas e qualificação continuada do quadro de servidores. A modernização propiciará outro nível de atendimento", destacou.

Uma das novidades é o site do Vapt Vupt, lançado em junho e que trouxe mais transparência e comodidade para o cidadão. Além do indicativo detalhado dos postos do Vapt Vupt, como horário de funcionamento, localização e os serviços disponíveis nas agências, a população pode acompanhar, em tempo real, a fila de atendimento dos serviços prestados em todas as unidades Vapt Vupt.

O Vapt Vupt Jardim Ingá é a segunda unidade em Luziânia e contará com serviços que facilitarão a vida do cidadão como: emissão de carteira de identidade, serviços relacionados à Saneago e a Juceg, entre outros. A unidade funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.
